

volume

25/2

Agosto/2020

ISSN 2596-2876

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

dossiê: Ensino de História e Educação em Tempos de Incerteza

*Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem
especialidades em duas especialidades em duas especialidades em duas
para casamentos, baptizara casamentos, baptizara casamentos, baptiz
santos e banquetes. E' santos e banquetes. E' santos e banquetes. E' s
única de positião da ufamiana de positião da ufamiana de positião da uf
mãda Guarana Espumante Mãda Guarana Espumante Mãda Guarana Espumant
te e do excelente chaco e do excelente chaco e do excelente chaco
lab Laeta, fabricados em lab Laeta, fabricados em lab Laeta, fabricados
S. Paulo pelos Srs. Zuz. Paulo pelos Srs. Zuz. Paulo pelos Srs. Zuz.
mãda Leocadio de Campello Leocadio de Campello Leocadio de Camp
J. Cantarini Brasil 691 Cantarini Brasil 691 Cantarini Brasil 691*

*Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem
especialidades em duas especialidades em duas especialidades em duas
para casamentos, baptizara casamentos, baptizara casamentos, baptiz
santos e banquetes. E' santos e banquetes. E' santos e banquetes. E' s
única de positião da ufamiana de positião da ufamiana de positião da uf
mãda Guarana Espumante Mãda Guarana Espumante Mãda Guarana Espumant
te e do excelente chaco e do excelente chaco e do excelente chaco
lab Laeta, fabricados em lab Laeta, fabricados em lab Laeta, fabricados
S. Paulo pelos Srs. Zuz. Paulo pelos Srs. Zuz. Paulo pelos Srs. Zuz.
mãda Leocadio de Campello Leocadio de Campello Leocadio de Camp
J. Cantarini Brasil 691 Cantarini Brasil 691 Cantarini Brasil 691*



Hist. Rev. Pelotas Número 25/2 p.1 - 215 ago. 2020



**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral

Direção de Gabinetes da Reitoria

Taís Ullrich Fonseca

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Pres. do Conselho Editorial: João Luis Pereira
Ourique

Repr. das Engenharias e Computação: Darci Alberto
Gatto

Repr. das Ciências Biológicas: Flávio Roberto Mello
Garcia e Marines Garcia (suplente)

Repr. das Ciências da Saúde: Francisco Augusto
Burkert Del Pino e Claiton Leoneti Lencina
(suplente)

Repr. das Ciências Agrônomicas: Cesar Valmor
Rombaldi, Guilherme Albuquerque de Oliveira
Cavalcanti (suplente) e Fabrício de Vargas
Arigony Braga (suplente)

Repr. das Ciências Humanas: Márcia Alves da Silva
e Cláudio Baptista Carle (suplente)

Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: Carla Rodrigues
Gastaud

Repr. das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva
e Eleonora Campos da Motta Santos (suplente)

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda
Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa.
Beatriz Ana Loner*

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:

Prof^a Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)
Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Sirlei Teresinha Gedoz | Halferd Carlos Ribeiro Junior | Alessandra Gasparotto

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Carlos Eduardo Sperb

Pareceristas ad hoc: Alba Cristina Couto dos Santos Salatino (IFRS) | Carla Beatriz Meinerz (UFRGS) | Claudia Daiane Garcia Molet (UFPel) | Debora Clasen de Paula (UFFS) | Gerson Wasen Fraga (UFFS) | Katani Maria Monteiro Ruffato (UCS) | Lisiane Sias Manke (UFPel) | Mairon Escorsi Valério (UFFS) | Nilton Mullet Pereira (UFRGS) | Vera Lúcia Maciel Barroso (Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre)

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2020/1

ISSN – 2596-2876

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.25/2, (ago. 2020). – Pelotas: Editora da UFPel, 2020.
1v.

Semestral
ISSN 2596-2876

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
CDD 930.005

**Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** obra publicada em dezembro de 2020**



Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume.

SABERES E VALORES DAS PESSOAS NEGRAS EM MOVIMENTO: ENSINAR HISTÓRIA EM COLETIVIDADES EMANCIPATÓRIAS

KNOWLEDGE AND VALUES OF BLACK PEOPLE IN MOTION: TEACHING HISTORY IN EMANCIPATORY COLLECTIVITIES

Maurício da Silva Dorneles¹
Carla Beatriz Meinerz²

Resumo: O artigo aborda o ensino de história a partir de uma perspectiva experimentada nas coletividades negras agremiadas em Porto Alegre. Com suporte no pressuposto curricular que estabelece uma estreita relação de aprendizagem com os saberes produzidos pelo movimento negro, regulado pelas Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), em suas formas de narrar história e de ensinar de uma maneira geral. Aborda experiências produzidas pelos agentes afro-gaúchos que constituíram ações políticas como o percurso educativo “Territórios negros: afro-brasileiros em Porto Alegre” e o jogo pedagógico “As Viagens do Tambor”, enfocando as origens dos mesmos nas ações de distintas agremiações congregadas através do CRAB – Centro de Referência Afro-Brasileira. Fundamenta-se em categorias como Movimento Negro Educador (GOMES, 2017) e Pedagogia das Encruzilhadas (RUFINO, 2019).

Palavras-chave: territórios negros, ensino de história, relações étnico-raciais, educação antirracista; orixás.

Abstract: The article it starts from the curricular presupposition that establishes a close relationship of learning with the knowledge produced by the black movement, regulated by the Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations, [Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais] (2004), in its ways of narrating history and teaching in general. Discusses experiences produced by african-gauchos agents who constituted political actions as the educational path "Black Territories: african-Brazilians in Porto Alegre" [Territórios negros: afro-brasileiros em Porto Alegre] and the educational game "The Travels Drum", focusing on their origins in the actions of different associations gathered through CRAB - Afro-Brazilian Reference Center [Centro de Referência Afro-Brasileira]. It is based on categories such as Movimento Negro Educador (GOMES, 2017) and Pedagogia das Encruzilhadas (RUFINO, 2019).

Keywords: black territories, history teaching, ethnic-racial relations, anti-racist education; orixás

¹ Maurício da Silva Dorneles, Mestrando em Educação. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. Email: maudsd@gmail.com

² Carla Beatriz Meinerz, Doutora em Educação. Docente do Departamento de Ensino e Currículo e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. Email: carlameinerz@gmail.com

Introdução

*Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra*

Estação Primeira de Mangueira – 2019
“História Para Ninar Gente Grande”

Abrimos esse diálogo sambando, carnavalizando. Não apenas para falar da *história que a história não conta*, mas para afirmar que uma letra de samba-enredo e até mesmo um desfile em festa popular são possibilidades de narrativa histórica.

Um desfile de escola de samba é composto por distintos componentes distribuídos em alas e alegorias, a citar alas da bateria, das baianas, das passistas, da comunidade, que ilustram e materializam o tema do desfile através de fantasias e esculturas. Corpos que sambam, giram e se manifestam ao som de tambores. Trata-se de uma possibilidade estética para o ensino da história.

O atual modelo de desfile das escolas de samba propõe que a vencedora seja definida a partir de dez quesitos avaliados. Um deles é o de bateria, no qual são julgadas a manutenção do ritmo, a criatividade e a versatilidade (bossas e paradinhas) deste setor que é considerado o coração da escola. A bateria da Estação Primeira de Mangueira é conhecida por ter apenas um surdo na sua formação, enquanto o restante das escolas usa dois destes instrumentos musicais. Para um melhor entendimento, enquanto a maioria das escolas tem os surdos de primeira e de segunda, que reproduzem as batidas do coração, a bateria da Mangueira tem apenas o surdo de primeira, característica identitária da escola. Os subquesitos citados acima, junto à manutenção do ritmo, renderam a nota dez para a bateria e, somado aos demais componentes, garantiram o título do carnaval à comunidade Mangueirense, em 2019.

As aulas de história também possuem escolhas estéticas e éticas, igualmente seguem modelos debatidos na comunidade do ensino de história. Podem ser em formato que extrapola o universo identitário único? É desafiante romper as necessidades identitárias da comunidade de ensino que tende a pensar na aula de história como algo singular, ideal, suspenso e sem relações com outras

áreas. Uma aula de história não é uma ala isolada, metaforicamente se faz no compasso do samba, da bateria, na qualidade de parte do coletivo - a escola. Pensamos na composição interdisciplinar, em aulas inspiradas na letra do samba e na criatividade e versatilidade apresentadas pela bateria, ao tocar uma marcha militar ou um trecho da música sacra do candomblé. Imaginamos uma aula de história com música e também com literatura, tratando do ritmo do samba-enredo, a partir do toque dos tambores da bateria.

O tema do desfile forja um bom debate para o ensino de história, pois consegue tornar pública e popular uma contra narrativa que positiva os agenciamentos de pessoas negras na história do nosso país. Será suficiente cantar e contar a *história que a história não conta*? A escola Estação Primeira da Mangueira criou um desfile alegórico capaz de difundir o debate reservado a alguns estudiosos, divulgando personagens e práticas coletivas negras pouco compartilhadas, numa perspectiva que ultrapassa o vínculo dos mesmos apenas com a experiência da escravização: o dragão no mar de Aracati, Dandara, Mahin, Leci, Jamelão, Marielle, Malês. Tal compartilhamento, experimentado numa linguagem carnavalesca, está de acordo com as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER), publicadas em 2004 pelo Ministério da Educação, prescrição válida até o momento atual. Como nos indica Nilma Lino Gomes (2017), as pessoas negras em movimento ensinam a si mesmas e a todas as comunidades que alcançam suas histórias. Mostram, inclusive, distintas maneiras de educar, a partir de outras perspectivas de mundo, possibilidades e cruzamentos: da baiana que gira, da passista que samba, dos corpos que sambam através de mãos que tocam o couro do tambor, da porta-bandeira que carrega o pavilhão maior da escola e do mestre-sala que é responsável por protegê-la e cortejá-la sem perder o bailado.

A intenção dessa escrita é pensar, com base na Pedagogia das Encruzilhadas (RUFINO, 2019), sobre o encantamento do mundo através de outras gramáticas e maneiras de percepção de mundo.

Todo o repertório cultural trazido e forjado pelos africanos e afrodescendentes, com a diáspora, formam um conjunto de gramáticas que desde a chegada no Novo Mundo, através do

empreendimento do colonialismo, foi condenado e desqualificado. Logo, a nossa percepção hegemônica de mundo ficou restrita apenas ao projeto cristão-ocidental e branco, condicionado por leituras binárias ou dicotômicas da vida.

Estamos num momento profícuo de escuta, compartilhamento e estudo de outras formas de pensar e viver, outros projetos de humanidade, capazes de romper com a gramática colonialista que entre nós permanece. Para Luiz Rufino e Luiz Antonio Simas (2018),

se o colonialismo edificou a cruz como égide de seu projeto de dominação, aqui nós reinventamos o mundo transformando a cruz em encruzilhada e a praticando como campo de possibilidades (p. 20).

A Pedagogia das Encruzilhadas é um projeto poético, político e educativo, centrado na valorização da vida, da arte e do conhecimento. Compreende a educação como reinvenção do ser, comprometida com a justiça e com a diversidade. Defende uma educação emancipadora, inconformada, rebelde e transgressora, capaz de atuar na resistência ao projeto colonizador por meio do que se aprende nas danças, cantos e terreiros. Segundo Rufino (2019),

as encruzilhadas nos apontam múltiplos caminhos, outras possibilidades. Assim, a compreensão acerca da política emerge também como um saber na fronteira, angariando os espaços vazios, praticando as dobras da linguagem e escapando dos limites propostos por razões totalitárias. Por aqui, a poética é política, emergem outras formas de dizer que reivindicam outro senso. Revela-se a dimensão lúdica da vida e o caráter cruzado das invenções praticadas nas travessias da encruza transatlântica (p. 82).

Exu, Orixá iorubano, é o dono das encruzilhadas, dos caminhos, da comunicação, do movimento, da fartura e fertilidade. Para Reginaldo Prandi (2001), Exu recebe várias formas de referência: Legba, Eleguá ou Bará, corruptela de Elegbara, nome pelo qual é referido no Batuque, a religião dos Orixás no Rio Grande do Sul. Dono do fogo e da terra, é esperto e astuto, com qualidades e virtudes que inspiram propostas de ensino emancipadoras no campo do ensino de história.

Práticas e experiências historicamente subalternizadas possuem tanta relevância quanto os conhecimentos acadêmicos já consagrados, mas nessa escrita propomos o *cruzo* de ideias e conhecimentos capazes de abrir o leque da diversidade, colocando-nos em encruzilhada, como Exu, diante de diferentes possibilidades nem unívocas, tampouco universais.

A nomeada temática História e Cultura dos Povos Africanos e Afro-brasileiros é forjada

pelo Movimento Negro como ação afirmativa de combate ao racismo no campo dos currículos, associada a um projeto de humanidade alternativo ao hegemônico na atualidade. Reconhecemos que o ensino de história apresenta distintos projetos de humanidade em suas narrativas e práticas. O marco legal instaurado com a Lei 10.639/03, responsável pela criação do artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, está amparado num projeto de humanidade que questiona não apenas o racismo, mas o ideário civilizador e colonial que o estrutura e permanece operando até os dias atuais. Tal artigo inclui no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. O quilombismo, fundamentado por Abdias Nascimento (2019), inspirado na experiência do Quilombo de Palmares, trata exemplarmente de um outro projeto de humanidade possível.

Referenciamos a leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER), publicadas em 2004 pelo Ministério da Educação, prescrição válida até o momento atual. Tais normas lidam com a dimensão relacional e cognitiva da proposição dos estudos que abordem questões até então pouco compartilhadas em ambientes acadêmicos e escolares. Justamente porque a emergência desses temas, a partir da Lei 10.639/03, é uma ação afirmativa no campo do currículo, cujo grande objetivo político e pedagógico é contribuir com a erradicação do racismo no Brasil, construindo uma história plural do ponto de vista étnico-racial.

No campo do ensino de história, ainda estamos num momento de condicionamentos atravessados por narrativas brancas e eurocêntricas, o que nos leva a defender uma necessidade de reorganização de nossas bases políticas e epistemológicas, apoiada no diálogo direto com outras bases normativas, outros projetos de humanidade, jeitos de viver, ancestralidades. Tal diálogo coincide com a ideia de posituação da história dos negros, detalhada nas DCNERER. Ou seja, não basta ensinar os conteúdos de história da África, dos Africanos e dos Afro-brasileiros, é preciso ensinar a partir dos agenciamentos e positividades das pessoas negras em movimento (GOMES, 2017).

Ensinar história em diálogo com coletividades negras emancipatórias: uma experiência de formação inicial

Parte das reflexões aqui apresentadas foram construídas ao longo da formação inicial de um dos autores, como estudante negro no curso de licenciatura em história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Durante sua trajetória acadêmica, houve a oportunidade de participar de ações de extensão e projetos fora da universidade que lhe aproximaram do Movimento Negro de Porto Alegre e seus agentes, conhecendo outros colegas negros e construindo ações políticas dentro da universidade, em parcerias com alguns Departamentos, Institutos, servidores técnicos-administrativos e professores/as. O relato a seguir é feito em primeira pessoa por se trata de uma experiência pessoal.

O contato com a equipe do projeto “Territórios Negros: Afro-Brasileiros em Porto Alegre” aconteceu ainda em 2011, quando uma amiga encaminhou um e-mail sobre a abertura de uma vaga para atuar no mesmo. Naquele momento, ela não poderia estar ativa, em função da conclusão do seu curso de graduação, optando por repassar o convite para a vaga aos amigos interessados. Tive muito interesse, até porque já havia escutado algumas histórias sobre a presença negra em Porto Alegre e, com essa oportunidade, talvez eu pudesse sanar essa curiosidade sobre assuntos como: o Príncipe na Cidade Baixa, Canelas Pretas, Bará do Mercado, Ilhota, entre outras histórias, trajetórias, lugares e personagens que fizeram e fazem parte da história da comunidade negra da capital do Rio Grande do Sul.

Explico, a seguir, os motivos de minha curiosidade. Sou nascido no interior do estado, na cidade de Santa Maria. Quando eu tinha cerca de 15 anos, minha mãe e eu nos mudamos para a capital. A maior visibilidade da história da cidade é para a colonização alemã, polonesa e italiana, porém é sabido que existiu uma forte presença indígena e também africana nesse espaço. Parte da minha família tem ancestralidade africana e desejo saber mais de minhas origens. Porém, por conta do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) que atinge todos as instituições e relações sociais desenvolvidas em nosso país, a história de negros e indígenas ainda são resumidas ao período conhecido como escravidão. Cresci numa grande e tradicional família negra, que tinha como maior referência a minha

avó materna, a Vó ou Dona Sila, como era chamada. Foi através dela que vivenciei as festas de Batuque, os ensaios na quadra da Escola de Samba, as benzeduras, as plantas no pátio – lembro de quando brincávamos com bola e ela dizia para cuidar as roseiras! Também com ela vivi as grandes reuniões em família, movidas à churrasco, música e muita gente, tios, primos e aquela grande parentela que parecia não ter fim. Em todas essas vivências, os valores civilizatórios afro-brasileiros estavam presentes. Aí desenvolveu-se a dúvida: será que essa gente toda não tem história, não tem uma origem?

Na minha infância, por exemplo, na sala de aula, éramos eu e mais um ou dois colegas negros. Já em Porto Alegre éramos a metade da sala, metade da escola talvez, o que, para mim significava muito mais gente. O choque produzido pela nova cidade foi muito grande, refletido na maior quantidade de pessoas, no ritmo de vida mais acelerado, mas especialmente na minha percepção de que Porto Alegre era uma cidade negra, quando comparada à Santa Maria. Na condição de pessoa nova na cidade, conhecendo seus espaços, tornei-me um simples observador e percebi marcadamente os locais de presença negra. Descobri aos poucos onde moravam e circulavam, em que momentos e lugares determinados estavam os negros.

Assim, ao conviver com outras pessoas negras da capital fui descobrindo essas histórias surgidas da boca de alguns, principalmente os mais velhos e, por isso, quando chegou a oportunidade de estudá-las, não hesitei e encaminhei o e-mail com interesse na vaga.

À época, estava também iniciando o curso de licenciatura em história na UFRGS e já tinha participado de algumas atividades do então Grupo de Trabalho Negros da Associação Nacional de História/seção RS (ANPUH/RS). Conheci professores e professoras, negros e negras, que estavam concluindo seus estudos de pós-graduação – mestrados e doutorados, descortinando através de duas pesquisas, as histórias da população negra do Rio Grande do Sul.

Na atuação como mediador no Projeto Territórios Negros, através deste percurso rodoviário com uma dinâmica educativa singular, acabei conhecendo a cidade de Porto Alegre, revisitando minhas próprias memórias e experiências como um sujeito negro em construção, refletindo junto ao público das comunidades escolares que frequentavam diariamente o ônibus.

Compreendi que tratar da cultura afro-brasileira, por meio dessa ação educativa,

pressupõe instigar a dimensão lúdica e circular, porém aprendi igualmente que existem vivências que dependem de como cada pessoa as entende ou assimila. Essas vivências são exercitadas e reforçadas, por exemplo, dentro do percurso do ônibus, junto ao Museu de Percurso do Negro, no monumento Tambor. Ali surgiam as mais diversas reações, desde um profundo estranhamento até uma imediata empatia ou familiaridade com a obra exposta, o Tambor. No caminho, com o “celular da época”, como eu dizia, referindo-me ao tambor como uma das primeiras formas de comunicação dos seres humanos. Uma lembrança interessante é a de que estudantes adeptos das religiões de matriz africana reproduziam os sons dos tambores que eles tocavam dentro dos terreiros, já os adeptos aos cultos neopentecostais, inclusive, chutavam o tambor em sinal de protesto ou intolerância. Essas atitudes eram disparadoras para discutir as várias formas de preconceito contra as religiões de matriz africana. Outro ponto muito interessante era quando passávamos pelo Mercado Público, lugar com o qual a grande maioria dos frequentadores se identificava. Após a visita ao assentamento do Bará, no centro do Mercado, muitos queriam trazer as suas experiências como participantes do Batuque e demonstravam certo orgulho em pertencer às religiões de matriz africana. Destaco que o estado do Rio Grande do Sul possui o maior número de terreiros e adeptos do Batuque no Brasil, considerando o total da população, principalmente na região metropolitana de Porto Alegre. Foi bastante curioso, não apenas para mim, mas para quem utilizava o ônibus, que dentro da capital havia quatro comunidades quilombolas urbanas, algo até então tratado de forma romantizada pelos livros. A visita aos quilombos gerava uma certa expectativa nos estudantes, mas quando viam que era apenas uma comunidade, surgiram frases como – “mas é igual à minha vila” ou “mas não tem árvores”. A imagem construída na mente da maioria é que seria um local com grande vegetação, habitações feitas de madeira e palha e as pessoas vivendo como no Quilombo dos Palmares ou como algumas comunidades tradicionais que vivem no interior de alguns países africanos.

Ao longo do Projeto, tivemos a oportunidade de conhecer as comunidades escolares de grande parte da rede de ensino básico, municipal, estadual e até escolas privadas, de Porto Alegre, região metropolitana e do interior do estado, que desenvolvem ações educativas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004).

Ensino de história e valores civilizatórios afro-brasileiros

A partir dos compromissos do Laboratório de Ensino de História e Educação (LHISTE) da UFRGS, com a formação vinculada às referidas Diretrizes, desenvolveu-se o Programa de Extensão “Territórios Negros: Patrimônios Afro-Brasileiros em Porto Alegre”, com a realização de ações diversas. Nossa atuação no Programa foi na equipe de mediação do ônibus, na equipe de coordenação das quatro edições do curso de formação de professores e na equipe da construção do jogo de tabuleiro chamado “As viagens do Tambor”. Nesses espaços, junto aos parceiros do Programa, estreitamos relações com sujeitos e instituições que compõem os movimentos negros de Porto Alegre.

Experimentamos na universidade, através das ações extensionistas, a construção de materiais com e para as escolas, em movimentos nunca verticalizados, mas sim construídos horizontalmente, nos quais todos os participantes tiveram voz e somaram-se na construção das inúmeras atividades. Uma grande equipe composta por graduandos, pós-graduandos, professoras e professores universitários, educadores das redes públicas de ensino, ativistas dos movimentos negros dos mais diversos segmentos como artistas (músicos, poetas, artistas plásticos, bailarinos etc.), carnavalescos, funcionários públicos, profissionais autônomos, aposentados, lideranças religiosas, griôs. Houve grupos e pessoas distintas que sentaram conosco para dialogar e refletir na construção destas ações, seja dentro da universidade ou fora dela, nas sedes dos quilombos ou nos clubes sociais negros. Uma das grandes parceiras é a Griô Maria Elaine Espíndola Rodrigues – a Dona Elaine, que se tornou personagem do nosso jogo, afirmando que não poderia estar ali referenciada sem que aparecesse seu coletivo – a MOCAMBO, entidade da qual ela é representante e que preserva a cultura e memória afro-gaúcha. Ainda nesse diálogo, recordamos as dúvidas em como representar uma entidade centenária como a Sociedade Floresta Aurora – seria ela apenas um clube bailante? Não, ela também foi proponente e sede do Primeiro Congresso do Negro em 1958, em Porto Alegre, conforme se orgulham e reivindicam memória os seus atuais diretores.

Foi por meio da Ludicidade, do Cooperativismo, da Memória, da Ancestralidade, da Corporeidade, da Territorialidade, enfim, de todos os valores civilizatórios afro-brasileiros (TRINDADE, 2010) que construímos as nossas ações. Com professores que tinham a incumbência

de identificar os territórios negros nas suas comunidades escolares, desenvolvemos esses valores. Surgiram dezenas de materiais e novas possibilidades para compreender as histórias dos estudantes, seus familiares e até mesmo dos próprios professores e professoras, negros ou não. Todos nós, embasados nas Diretrizes (2004), percebemos vários modos não só de ensinar como de aprender em grupo, em parceria, compartilhando saberes.

Essas experiências fizeram aparecer outras histórias, trajetórias, personagens, lugares, pessoas a serem descobertas e elevadas à superfície da História, contada não apenas na sala de aula, pois o aprendizado não se faz somente dentro dela, está além dos muros das escolas ou universidades, constrói-se em diversos outros espaços. O ônibus, que percorreu as ruas de Porto Alegre de 2010 a 2017, era apenas uma dessas possibilidades. Lamentavelmente foi suspenso, deixando a cidade sem a oportunidade de conhecer partes da sua história e de sua gente. Contudo, seguimos através do Museu de Percurso do Negro, dos Saraus, dos Slams, das Rodas de Samba e de Capoeira, das Festas de Batuque ou de outras religiões, é a circularidade sempre presente.

Analisar a contribuição dos saberes, valores e experiências afro-brasileiros para educação das relações étnico-raciais, a partir da diáspora, possibilita e promove uma educação antirracista. Experiências produzidas pelos agentes afro-gaúchos que constituíram as ações político-pedagógicas já mencionadas demonstram o potencial presente para o ensino de história.

No entanto, é necessário reconhecermos parte da trajetória das pessoas negras em movimento na cidade de Porto Alegre através de suas organizações, em breve levantamento histórico

O Associativismo Negro no Brasil esteve presente desde o período colonial, passando também pelo período imperial, protagonizado nos aquilombamentos, maltas de capoeira, terreiros de candomblé, ou estabelecendo-se estrategicamente dentro da igreja católica como nas irmandades religiosas. A partir da abolição e da república, inúmeras entidades civis por todo país foram criadas e mantidas por e para pessoas negras ou “de cor”, constituindo-se como um meio de organização social e político. Esse associativismo, seja ele para cultuar sua religiosidade ou para sua atuação política, é mantido até os dias atuais. Na primeira república, surgiram uma série de agremiações com as mais variadas finalidades. Blocos carnavalescos e grupos de teatro reivindicam direitos, mas também

proporcionam o convívio entre os seus numa sociedade excludente. Petrônio Domingues afirma que

para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação (DOMINGUES, 2007, p. 103).

Esses grupos buscavam congregar a comunidade negra em suas respectivas localidades, por força de suas iniciativas. Havia sociedades beneficentes ou de ajuda mútua, associações culturais, educacionais, de lazer, carnavalescas, político-institucionais e esportivas. Todas essas frentes de atuação foram extintas, fundidas e se transformaram de acordo com seus contextos locais ou também por intervenção da conjuntura política do país, mas de alguma forma persistiram e atuam nos dias de hoje com a denominação de Movimento Negro. Para Domingues,

conhecer a história das associações negras é importante para entender as condições em que os negros levaram adiante a sua luta e as dificuldades que encontraram pelo caminho. Esses grupos impulsionaram o sentimento de pertencimento, construíram e preservaram laços de solidariedade racial. Contribuíram para a percepção das desigualdades e discriminações raciais em nossa sociedade, animando assim os movimentos de reivindicação por direitos e cidadania. Ainda mais, colaboraram para manter viva uma experiência de resistência e ação coletiva, que remonta à época da escravidão. As associações negras não se limitaram a denunciar problemas, mas tentaram apontar caminhos para superá-los. Diversas foram as soluções preconizadas: o soerguimento moral, a melhora do nível educacional e cultural, a valorização da subjetividade, relacionada à construção de identidades; a necessidade de protestar diante das injustiças e de atuar politicamente. Contudo, a principal solução advogada foi a união, considerada pré-requisito para os negros se fortalecerem, conquistarem espaço na sociedade (DOMINGUES, 2018, p.).

Para uma melhor compreensão das articulações entre as entidades negras no sul do Brasil, Liane Susan Muller (2010), ao pesquisar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário percebe que

Porto Alegre, entre os anos de 1889 e 1920, foi palco de intensa atividade social desenvolvida em mais de setenta sociedades por um grupo diferenciado intelectual e financeiramente. Para que possamos entender o processo de formação deste grupo, o caminho percorrido em sua ascensão social, e a importância que ele teve na vida da comunidade negra porto-alegrense, é necessário retornar ao período de fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. (MULLER, p. 264).

Muller afirma que esta foi a primeira instituição da comunidade negra porto-alegrense, inaugurada em 1786, cem anos antes da abolição da escravatura. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre foi composta por negros e negras, escravizados e libertos. Tal confraria tinha objetivo de auxiliar na compra de cartas de alforria e garantir um sepultamento digno aos seus irmãos,

além disso, o uso do espaço burocrático foi utilizado a favor dos componentes, com o intuito da elevação de melhores condições de vida para as pessoas de cor. As procissões afro-católicas eram realizadas incorporando danças e tambores, os maçambiques ou quicumbis, que levaram a expulsão da Irmandade de dentro da Catedral Metropolitana e uniu os irmãos na construção da sua própria Igreja do Rosário. Cabe destacar que a confraria teve intensa atuação no movimento abolicionista da cidade junto a outras entidades civis.

É possível identificar as trajetórias de sujeitos em algumas das instituições negras do período como clubes sociais negros, sindicatos e times de futebol, por exemplo, e perceber sua atuação combativa em relação ao preconceito racial, o acesso à cidadania e a tentativa de se livrar do estigma da escravidão.

Para ilustrar essa atuação, apresentamos Aurélio Viríssimo de Bittencourt, tenente-coronel, que fora Secretário da Presidência do Estado do Rio Grande do Sul e braço direito dos governadores Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, por vezes, substituto dos presidentes do estado. Foi um homem negro, letrado, aprovado em concurso público ainda jovem e ascendeu na profissão burocrática. Filiado ao Partido Republicano, atuou como jornalista e abolicionista, também integrava a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e outras entidades civis, como o Partenon Literário em 1868 e a Academia Rio-Grandense de Letras em 1901, como fundador e diretor (MOREIRA; CARVALHO; VARGAS; JONAS & SANTOS, 2009). Seus sucessores, Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior e Dario de Bittencourt, respectivamente filho e neto, tiveram carreira intelectual e militante herdadas do progenitor. Ambos foram redatores do Jornal *O Exemplo*, importante periódico da chamada imprensa negra no Brasil, fundado em 1892, em Porto Alegre, aos fundos de uma barbearia na Rua dos Andradas, circulando até 1930. De caráter literário, jornalístico e noticioso, o periódico teve no combate ao preconceito racial tema que sempre ocupou espaço em suas notas editoriais.

Até a queda do império no Brasil, em 1889, o povo negro da cidade de Porto Alegre se articulou principalmente em torno da compra da liberdade daqueles que ainda eram mantidos no cativeiro. Homens e mulheres livres usavam dos espaços que tinham acesso para denunciar práticas

de preconceito e pleitear a cidadania aos seus irmãos menos favorecidos, o que se tornaria mais frequente no início do período republicano.

A prática do racismo é assinalada por ações de discriminação e de preconceito, firmada na distinção por critérios raciais, conforme determinações de características étnicas, fenotípicas ou culturais. Está fundamentada na crença da existência de raças melhores ou piores que outras. Encontra-se presente na construção de categorias sociológicas, pensadas de forma hierarquizada no mundo ocidental. Os negros, definidos como categoria étnico-racial e sujeitos no mundo, forjaram novas maneiras de ser e de estar a partir da diáspora, ocupando a base da sociedade brasileira, por conta do racismo antinegro. Os brancos estão no topo.

As marcas da continuidade desse racismo estão no que aprendemos com Silvio Almeida (2018). Segundo o autor, existem diferentes concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. No Brasil, pelas especificidades com que o racismo opera historicamente e nas práticas cotidianas, há uma predisposição a vinculá-lo apenas em sua forma individualista de agenciamento. Estamos tratando de ensino de história, uma prática cultural que acontece em espaços e tempos institucionais, escolares e acadêmicos, condicionados pela ação humana, capazes de combater ou de compactuar com o racismo institucional.

A ideia de racialização aplicada a contextos específicos explica, em parte, a formação de associações negras, criadas a partir de dispositivos acionados por outros grupos étnicos que não aceitavam os negros. Logo, a racialização diz respeito às práticas cotidianas, no caso, àqueles que sofreram a discriminação.

Para José Antônio dos Santos (2016), a trajetória do Movimento Negro na cidade e no estado pode ser dividida em quatro momentos de mobilização e resistência a partir da abolição:

O primeiro foi o período que vai de 1892 a 1930, quando os primeiros jornais negros foram fundados, se consolidaram, circularam em boa parte do Estado e desapareceram. O segundo foi de 1933 a 1971, que foram os anos de fundação da Frente Negra Pelotense e do Grupo Palmares; entre uma e outra organização, houve um momento em que o Estado Novo (1937-1945) pareceu reconhecer a importância dos negros na história do país[...]O terceiro período de mobilizações negras no Estado foi de 1971 a 2001, é o espaço-temporal em que o dia 20 de Novembro passou a ser uma demanda nacional do Movimento Negro Unificado e tornou-se o Dia Nacional da Consciência Negra.[...] Finalmente, de 2001 aos dias atuais, tivemos a

emergência das questões e organizações representativas dos remanescentes de quilombos, também houve uma série de iniciativas que se voltaram para as políticas de ações afirmativas nos empregos públicos e universidades; para a implementação da Lei 10.639/03; e para a fundação de dezenas de organizações não-governamentais que passaram a atuar em diversas questões sociais e culturais” (SANTOS, 2016, p. 11.)

Em conformidade com o autor, é uma tentativa de entendimento do conjunto de iniciativas políticas criadas pela população negra em busca de seus interesses.

Neste trabalho de reflexão sobre o Movimento Negro em Porto Alegre, detemos nossa atenção a duas divisões, de 1971 a 2001 e de 2001 até o presente, pois é dentro deste espaço temporal que se encontra nosso objeto de análise, o Centro de Referência Afro-Brasileiro (CRAB). No período de redemocratização, após a ditadura civil-militar no Brasil, o final da década de 80 marca o surgimento de inúmeros movimentos sociais e partidos políticos no país. Portanto as experiências produzidas pelos agentes afro-gaúchos nas décadas de 90 e no início dos anos 2000 constituíram as ações político-educativas dos anos seguintes, como o percurso educativo Territórios Negros: afro-brasileiros em Porto Alegre e o jogo pedagógico “As Viagens do Tambor”.

A proposta do CRAB surge em 1987 e se institui nos anos 90, com o objetivo de:

reconstituir saberes e viveres ancestrais relativos aos aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos, preservando as origens africanas que contribuíram para a formação do povo rio-grandense; dar prosseguimento ao processo de criação e da instalação física do CRAB; organizar a rearticulação de identidades, pertencimentos, vivências e experiências do Povo Negro, em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional, por meio de redes de comunicação de dados ou informações, contemplando grupos de idosos (Griôs), porta-vozes da cosmovisão africana, jovens e crianças. (BITTENCOURT JUNIOR, 2010. p. 11)

O CRAB foi responsável por congregar a militância negra da cidade e agentes públicos do município e do estado através de três seminários que aconteceram em 1998, 1999 e 2001, além de uma Pré Conferência do Povo Negro no ano 2000. Por meio de painéis, palestras e oficinas, foram debatidas as necessidades do povo negro diante da sociedade rio-grandense.

Cabe destacar a forte atuação da pessoa de José Alves de Bitencourt, o Nego Lua, figura central nas articulações dos membros da militância negra da cidade. Lua, como era chamado, foi trabalhador no Cais do Porto do município de Porto Alegre, onde já reivindicava melhores condições de trabalho no final da década de 1970; nos anos 80 contribuiu com a fundação do Partido dos

Trabalhadores (PT) e suas preocupações vão ao encontro de outro militante ativo naquele período, Oliveira Silveira. Professor, poeta e militante do Movimento Negro Gaúcho e Brasileiro, Oliveira Silveira, durante a ditadura civil-militar, integrou o Grupo Palmares onde em 1971, responsável pela proposição do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra. A partir desse encontro e dessa coletividade, Nego Lua, inicia sua trajetória política e se torna sócio fundador do Grupo de Trabalho Angola-Janga, criado em 1988, com o objetivo de promover a igualdade racial.

O GT Angola-Janga foi a entidade negra coordenadora-executiva do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, sob reivindicação da comunidade negra da cidade e da proposta elaborada pelo CRAB.

É importante salientar que o final da década de 90, século XX, foi quando o Movimento Negro Brasileiro buscou se organizar em torno das mais diversas reivindicações para sua participação na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade de Durban, África do Sul, em 2001. Foi então que o Estado Brasileiro reconheceu a existência institucional do racismo e comprometeu-se em adotar medidas para superá-lo. Inaugura-se o quarto momento da trajetória do Movimento Negro Brasileiro: as Ações Afirmativas na educação e no trabalho.

Nego Lua foi um grande articulador negro da cidade de Porto Alegre. Faleceu em 2009, mesmo ano da morte do poeta Oliveira Silveira. Realizou a mediação entre os movimentos sociais e os órgãos públicos. Pelo seu saber ancestral e articulação política, muitos dos seus companheiros diziam que era um Mestre Griô, destacadamente por sua sabedoria e destreza em congregar as pessoas, em ouvir os companheiros.

A memória das maneiras de agir dessas pessoas, ancestralidades e coletividades agrega valores civilizatórios para o ensino de história.

Considerações finais

A proposta deste artigo foi relacionar o ensino de história com os saberes e experiências produzidos pelas populações afro-brasileiras, que a partir da diáspora, promovem uma educação antirracista. O foco do estudo está nas experiências produzidas pelos agentes afro-gaúchos que constituíram as ações políticas e educativas no século XX e XXI na cidade de Porto Alegre como: *CRAB - Centro de Referência afro-brasileiro (1987)*, no qual surgiram as pesquisas referentes aos Territórios Negros Urbanos em Porto Alegre; *GT Angola Janga (1988)*, entidade que atua na área da educação, realizando a formação de militantes, jovens e adultos; *Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre (2010-2014)*, que aponta e monumentaliza patrimônios no Centro Histórico da cidade de Porto Alegre; *Territórios Negros/percurso de ônibus e ação educativa (2010-2016)*; *Curso de Formação Territórios Negros (2015-2019)* e *o Jogo As Viagens do Tambor (2015-2017)*. Igualmente, outros marcos simbólicos espaciais, além de práticas culturais, buscam promover a visibilidade positiva e a importância dos negros na formação de uma cidade pluriétnica e multirracial.

Todas essas ações foram iniciativas do movimento negro local e demonstram o potencial mobilizador e educativo dos seus pares. Também revela a capacidade de educar o poder público, através das reivindicações, e a própria cidade, ao construir marcos identitários que representam a trajetória deste grupo.

Uma cidade que já escutou os tambores e louvores de uma enorme procissão dos irmãos do Rosário, que sentiu o pisar e o suor de estivadores na zona portuária, que tem um Orixá que guarda o seu mercado público, que tem Quitadeiras sentadas na Praça da Alfândega vendo quem vai e quem fica. Trata-se de uma cidade não oficial, paralela, simulacro, subterrânea.

A obra de Nilma Lino Gomes (2017) traz uma série de conceitos, ideias e argumentos com densidade e potência ímpares, que perpassam temas muito caros à comunidade negra no Brasil e de fundamental importância para compreender parte das ações forjadas pelo Movimento Negro de Porto Alegre durante suas lutas por emancipação. Assim como os saberes em cruzo, propostos por Luiz Rufino e Luiz Antonio Simas (2018), educam com outras percepções de mundo que apresentam gramáticas não normativas.

O que constitui a sobrevivência da comunidade negra até o presente é a manutenção das suas tradições, independente do espaço físico, pois ocorrem no interior de uma cultura forjada num processo diaspórico africano. Importa, nesse processo, o encontro, o fluxo e a interação construída nos tempos e espaços possíveis, moldado pelos agenciamentos pessoais e comunitários.

Façamos da nossa aula uma bateria, criativa e versátil sem perder o ritmo. Criemos uma sala de aula tal como Angola-Janga, um espaço pluriétnico, multirracial em que todos possam ser tratados de forma equitativa e igualitária. Realizemos Encruzilhadas, com novas possibilidades, guiados por Exu!

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr C. Os percursos do negro em Porto Alegre: Territorialidade negra urbana. IN: VILASBOAS, I. BITTENCOURT JÚNIOR, I. & SOUZA, V de. **Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora Porto Alegre, 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº 003/2004, de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- CENTRO DE REFERÊNCIA AFRO-BRASILEIRO. **Cadernos do CRAB**. Porto Alegre: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares; Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania, 2001.
- DOMINGUES, Petrônio. Associativismo Negro. IN: SCHWARCZ, Lilia M. GOMES, Flávio dos S. (org.) **Dicionário de Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. Companhia das Letras. São Paulo. 2018.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007, p. 103.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- JOGO AS VIAGENS DO TAMBOR. LHISTE/UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/lhiste/category/acervo/jogos-acervo/>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

MOREIRA, Paulo R. S.; CARVALHO, Daniela V. de; VARGAS, JONAS M. & SANTOS, Sherol dos. **Política e poder nos primeiros anos da República**: a correspondência entre Júlio de Castilhos e seu secretário, Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; EDIPUCRS, 2009.

MULLER, Liane. As contas do meu Rosário são balas de artilharia. IN: SILVA, G. F; SANTOS, J. A. & CARNEIRO, L.C.C. (orgs) **RS Negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. 2ª ed. rev. e ampl. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 380 p.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Terceira edição. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAMOS, J. VARGAS, & P. SOUZA, V de. (Orgs) **Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre**: etapa IV. Ed. Porto Alegre: 2015. 80 p.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Revista Periferia, v.10, n.1, p. 71 - 88, Jan./Jun. 2018.

SANTOS, José Antônio dos. Movimento Negro no Rio Grande do Sul: apontamentos de uma história. In: **XIII Encontro Estadual de História – ANPUH-RS, 2016, Santa Cruz do Sul – RS. Ensino, Direito e Democracia**: anais/XIII Encontro Estadual de História de 18 a 21 de julho de 2016. Porto Alegre – RS: ANPUH-RS, 2016, p. 01 – 17.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores Civilizatórios Afro-brasileiros e Educação Infantil: uma contribuição afro-brasileira. In: TRINDADE, Azoilda Loretto da; BRANDÃO, Ana Paula (org). **Modos de Brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres**. Coleção A Cor da Cultura, v.5. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

VIEIRA, Daniele M. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970)**: geografia história da presença negra no espaço urbano. 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS) – 189 f.

SIMAS, Luiz Antonio. RUFINO, Luiz. **Fogo no Mato**: A Ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.